

OFÍCIO nº 001/2021/ Câmara Municipal de Patrocínio

Patrocínio, 14 de dezembro de 2021.

Ao Sr. Florisvaldo José de Souza

Presidente da Câmara Municipal de Patrocínio


**Assunto: Requerimento de destituição do Presidente da Câmara Municipal**


Os vereadores abaixo assinados, vêm, através deste, apresentar Requerimento de destituição de Vossa Senhoria, bem como o seu afastamento do cargo de Presidente da Câmara Municipal de Patrocínio até a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, que deverá ser instituída nos termos do art. 33 do Regimento Interno, pelos motivos expostos no requerimento que acompanha este ofício.

  
Raquel Rezende  
Vereadora - PL

  
José Roberto dos Santos  
(Salitre) Vereador

  
Leandro Caixeta  
Vereador - Democratas

  
Eliane Ferreira Nunes  
Vereadora - Democratas  
Patrocínio/MG

  
Adriana de Paula  
Vereadora - PTB 14

  
Paulo Roberto dos Santos  
(Panxita) Vereador - PSD

  
Carlos Alberto Silva  
(Carlão) Vereador - PT

  
Roberto Margari de Souza  
Vereador

  
Professor Natanael  
Vereador - PL

  
Francisca Carneiro dos Santos  
Vereadora - PSD

  
Odirlei Magalhães  
Vereador

  
Prof. Alexandre Vitor Castro da Costa  
Vereador - Avança



## REQUERIMENTO DE DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Na 40ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Patrocínio/MG, realizada no dia 14 de dezembro de 2021, conforme gravação anexa a este requerimento, aos 12 minutos e 50 segundos da reunião, o Vereador Professor Natanael Oliveira Diniz pediu a palavra e, no uso da prerrogativa prevista no art. 197, inciso III, da Resolução nº 55, de 11 de julho de 2017 (Regimento Interno), solicitou que o projeto de lei nº 345/2021, que concede revisão geral anual sobre a remuneração dos servidores públicos da Câmara Municipal de Patrocínio/MG e o projeto de lei nº 346/2021, que concede revisão geral anual sobre o subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal de Patrocínio/MG, ambos de autoria da Mesa Diretora, fossem votados em regime de urgência, uma vez que já havia sido protocolado o pedido de regime de urgência no dia 10 de dezembro de 2021, o qual continha 08 assinaturas de parlamentares.

Conforme dispõe o art. 196, §1º, do Regimento Interno, o requerimento de urgência deve ser submetido à votação e será aprovado com o voto da maioria simples dos membros da Câmara Municipal.

Contudo, utilizando da arbitrariedade, o Presidente da Câmara, Sr. Florisvaldo José de Souza, afirmou que não submeteria o pedido de urgência à votação e que os projetos seriam apenas apresentados e submetidos às comissões para melhores análises.

Na oportunidade, a Vereadora Eliane Ferreira Nunes pediu a palavra e esclareceu ao presidente que o requerimento de urgência tinha a assinatura da maioria dos Vereadores do Poder Legislativo, por essa razão, deveria ser submetido à votação. Ato contínuo, o Presidente da Câmara Municipal afirmou que já estava definido e que não colocaria em votação o regime de urgência, que a prerrogativa era do Presidente e se ela quisesse poderia entrar na justiça.



Tentando fazer com que o Regimento Interno fosse cumprido, o vereador Natanael Oliveira Diniz argumentou que, apesar do Presidente não concordar com o pedido, deveria coloca-lo em votação, já que trata-se de direito dos Vereadores e que tal conduta estaria ofendendo a soberania do Parlamento.

Entretanto, o Presidente manteve a sua posição e não submeteu à votação os requerimentos de pedido de urgência dos projetos supramencionados.

A partir do breve relato dos fatos, consta-se que o Presidente da Câmara Municipal atentou contra o Regimento Interno, dificultou e impediu o livre exercício dos mandatos dos Vereadores, bem como atentou contra a dignidade do Poder Legislativo e contra a liberdade democrática, pois de forma unilateral tomou a decisão de não submeter o regime de urgência à votação.

O art. 32 do Regimento Interno é claro ao estabelecer que :

Será destituído do cargo da Mesa Diretora, por voto de 2/3 (dois terços) dos Membros da Câmara de Vereadores, o Membro que atentar contra o Regimento Interno ou, por qualquer meio, dificultar ou impedir o livre exercício do mandato de Vereador, ou que atentar contra a dignidade do Poder Legislativo e das instituições e liberdades democráticas, ou quando comprovadamente desidioso, ineficiente ou quando tenha se prevalecido do cargo para fins ilícitos.

Desse modo, considerando que o Presidente da Câmara Municipal compõe a Mesa Diretora, nos termos do art. 29 do Regimento Interno, entende-se que as vedações contidas no art. 32 do Regimento Interno aplicam-se ao Presidente da Câmara Municipal.

Sendo assim, diante da conduta adotada pelo Presidente da Câmara Municipal, os vereadores abaixo assinados requerem a sua destituição.

Buscando garantir a efetividade dos trabalhos da Comissão especial que será instituída nos termos do art. 33 do Regimento Interno, bem como evitar a reiteração de condutas que ofendem o regimento interno e a garantia do livre exercício do mandato dos



vereadores, requeremos o afastamento do Presidente da Câmara Municipal até que o processo de destituição do cargo seja concluído.

Eliane Ferreira Nunes  
Vereadora - Democratas  
Patrocínio/MG

Leandro Caixeta  
Vereador - Democratas

Raquel Rezende  
Vereadora - PL

Professor Natanael  
Vereador - PL

Carlos  
(Carlão)

Paulo Roberto dos Santos  
(Panxita) Vereador - PSD

Francisca Carneiro dos Santos  
Vereadora - PSDB

Odirlei Magalhães  
Vereador

Roberto Margari de Souza  
Vereador

Adriana de Paula  
Vereadora - PTB 14

José Roberto dos Santos  
(Salitre) Vereador

Prof. Alexandre Vitor Castro de Oliveira  
Vereador - Assessor